

Brasil negocia com credores só quando achar “conveniente”

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

“As negociações propriamente ditas com os bancos só começarão quando os entendimentos com o FMI estiverem em estágio avançado”, declarou o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, negando que a sua próxima viagem a Nova York, em fins de novembro ou começo de dezembro, tenha o objetivo de reiniciar as negociações oficiais com o comitê assessor dos bancos credores, mesmo porque — disse — o encontro não terá agenda. Após ser inquirido na CPI das “polonetas”, Bracher disse que até o momento, como negociador, não fixou parâmetros para o acordo com os credores, por achar que isso dificulta.

“Estamos prontos para qualquer acordo com os bancos credores, no momento que for mais conveniente aos interesses nacionais”, disse. Para Bracher, o tipo de contrato a ser fechado com os credores vai depender muito das tendências do mercado financeiro internacional. “Se você observar que existe uma nítida tendência de queda das taxas de juros, se você souber que as taxas vão cair 0,1%, talvez não convenha fixarmos um acordo de prazo maior.” O que se depreende desta análise do presidente do BC é que a não-definição de um parâmetro a respeito de prazos e datas ocorre porque o Brasil pretende explorar as tendências favoráveis que se avizinharam na Europa e nos

EUA, que é a possível queda das taxas de juros nos próximos anos.

Se o tipo de acordo com os bancos fica condicionado a fatores conjunturais extenos, estaria também ligado à interdependência do Brasil com os bancos estrangeiros, numa espécie de carência mútua. Então, Bracher diz: “Os interesses são mútuos, a conveniência é mútua e deverá haver concessões mútuas”. Assim, os credores não romperiam com o Brasil nem o Brasil romperia com os bancos, num processo de retaliações. Bracher assinala que o limite de concessões que fará será o dos interesses nacionais de manter o crescimento da economia.

Já a inquirição de Bracher pelos deputados da CPI das “polonetas” chegou a ser monótona, mesmo porque o deputado Edson Lobão (PDS-MA) chegou a desabafar que, pelo visto, até agora ninguém seria culpado pelo episódio das notas promissórias passadas ao Brasil pela Polônia e que depois não vieram a ser quitadas. Indagado se as “polonetas” não seriam negociáveis, como é a natureza desse tipo de papel, Bracher disse que sim. Porém — acreditou — devido à crise nenhum banco aceitaria esse papel e nem aceitaria também do Brasil, que em 1982 sofreu uma crise de liquidez no mercado internacional.

Bracher, entretanto, reconheceu que houve “exageros” na concessão de créditos de importação à Polônia, daí o motivo da dívida que ela tem hoje para com o Brasil atingir a US\$ 1,7 bilhão, “o que é lamentável”.